Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

O COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS POLÍTICAS COMERCIAIS: UM PANORAMA DAS POLÍTICAS COMERCIAIS

THE INTERNATIONAL TRADE AND TRADE POLICIES: AN OVERVIEW OF TRADE POLICIES

Kaique Melo, Laís Nicochelli Prado Ramos da Conceição, Murilo Martines dos Prazeres, Rafaela Lamosa Mangiocca Peixoto, Luiz André Evangelista

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Relações Internacionais, Curso de Relações Internacionais
E-mail para contato: lc275057@alunos.unisanta.br, kc270008@alunos.unisanta.br, rl268923@alunos.unisanta.br, martinesmurilo@gmail.com

RESUMO – O presente artigo tem como objetivo analisar o panorama contemporâneo das políticas comerciais e sua influência direta sobre as dinâmicas do comércio internacional. Por meio de uma revisão de natureza qualitativa, examina-se as principais ferramentas protecionistas e liberais adotadas por nações globais frente aos desafios econômicos recentes. Os resultados nos mostram que o equilíbrio entre medidas de abertura de mercado e salvaguardas internas molda a competitividade e as cadeias globais de valor. Conclui-se que compreender estas diretrizes é fundamental para antecipar tendências e impactos na economia.

Palavras-chave: Comércio Internacional; Políticas Comerciais; Protecionismo; Globalização; Economia.

ABSTRACT – This paper aims to analyze the contemporary overview of trade policies and their direct influence on the dynamics of international trade. Through a qualitative literature review, the main protectionist and liberal tools adopted by global in the face of recent economic challenges are examined. The results indicate that the balance between market opening measures and internal safeguards shapes competitiveness and global value chains. It is concluded that understanding these guidelines is essential to anticipate trends and impacts in the globalized economy.

Keywords: International trade; Trade policies; Protectionism; Globalization; Economy.

1 INTRODUÇÃO

O comércio internacional constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico global, interligando mercados, culturas e cadeias produtivas. No centro dessa engrenagem estão as políticas comerciais, definidas como o conjunto de diretrizes,

ISSN 2317-1316

regulamentações, tarifas e acordos que os governos utilizam para a administrar o fluxo de bens e serviços com o exterior. Compreender o panorama dessas políticas é essencial para decifrar os rumos da economia mundial, especialmente em um cenário marcado por transições geopolíticas, barreiras não tarifárias e reconfigurações nas cadeias globais de valor.

De maneira geral, a formulação de políticas comerciais oscila historicamente entre duas grandes correntes: o livre-comércio, que defende a eliminação de barreiras para maximizar a eficiência econômica global, e o protecionismo, que busca resguardar indústrias nascentes e o mercado interno de choques externos ou concorrência desleal. Pesquisas recentes destacam que o ressurgimento de medidas neoprotecionistas e o acirramento de disputas comerciais entre potências globais entre potências globais têm transformado profundamente o ambiente de negócios internacionais (Krugman el al., 2020).

Dessa forma, o problema de pesquisa que norteia este estudo consiste em: *Como as recentes transformações nas políticas comerciais globais que afetam a dinâmica e a estabilidade do comércio internacional?* A hipótese levantada é de que o aumento de barreiras protecionistas gera fragmentação nas cadeias de suprimentos, ao mesmo tempo em que estimula acordos regionais bilaterais.

Portanto, o presente estudo tem como objetivos: analisar a evolução conceitual e prática das políticas comerciais no cenário internacional; identificar as principais ferramentas de regulação adotadas pelos Estados; e discutir os impactos dessas diretrizes sobre a competitividade global. Justifica-se a relevância deste artigo pela necessidade de fornecer subsídios teóricos para a compreensão das atuais tensões econômicas mundiais.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DAS POLÍTICAS COMERCIAIS

A evolução histórica e conceitual das políticas econômicas está diretamente relacionada às transformações na organização dos Estados, na estrutura dos mercados e nas relações de poder do sistema internacional. No âmbito do comércio exterior, essas políticas constituem instrumentos utilizados pelos governos para regular as trocas comerciais, estimular determinados setores produtivos, proteger interesses nacionais e estabelecer condições de

ISSN 2317-1316

participação na economia mundial. Ao longo dos séculos, as estratégias adotadas pelos Estados passaram por mudanças significativas, refletindo diferentes concepções acerca do papel do governo na economia e dos benefícios decorrentes da abertura comercial.

Historicamente, uma das primeiras concepções sistematizadas sobre a intervenção estatal no comércio internacional foi o mercantilismo, predominante entre os séculos XVI e XVIII. Essa corrente compreendia o fortalecimento econômico do Estado como elemento fundamental para a ampliação de seu poder político e militar. Nesse contexto, os governos buscavam ampliar as exportações, restringir determinadas importações e acumular metais preciosos, especialmente ouro e prata. Para alcançar esses objetivos, eram empregados instrumentos como tarifas alfandegárias, monopólios comerciais, concessões a companhias mercantis e restrições à concorrência estrangeira. Segundo Irwin (1991), as práticas mercantilistas também podem ser compreendidas a partir da competição estratégica entre Estados e empresas comerciais privilegiadas, evidenciando a estreita relação entre os interesses econômicos e a disputa por poder no cenário internacional.

A partir do século XVIII, o desenvolvimento do pensamento econômico clássico passou a questionar os fundamentos mercantilistas, defendendo que o comércio internacional poderia gerar benefícios mútuos para as nações. Adam Smith (1776), em sua obra A riqueza das nações, argumentou que a especialização produtiva e a divisão do trabalho contribuíam para o aumento da produtividade e da riqueza. Nesse contexto, destaca-se a Teoria das Vantagens Absolutas, desenvolvida por Adam Smith (1776), segundo a qual os países podem obter benefícios do comércio internacional ao se especializarem na produção de bens que conseguem produzir com maior eficiência em comparação a outras nações, utilizando uma quantidade menor de recursos produtivos. Essa perspectiva representou uma crítica às práticas mercantilistas, ao demonstrar que o comércio não precisava ser compreendido como uma disputa em que o ganho de um país necessariamente representaria a perda de outro. Posteriormente, David Ricardo (1817) ampliou essa discussão com a Teoria das Vantagens Comparativas, demonstrando que o comércio pode gerar benefícios mútuos mesmo quando um país apresenta menor eficiência absoluta na produção de todos os bens, desde que existem diferenças nos custos de oportunidade. Essas contribuições forneceram bases teóricas para a defesa do livre-comércio, entendido como uma

ISSN 2317-1316

forma de ampliar a eficiência econômica, favorecer a especialização produtiva e possibilitar maior acesso a mercados e mercadorias.

Entretanto, a consolidação das ideias liberais não eliminou a utilização de medidas protecionistas. Ao longo do século XIX e, principalmente, durante as crises econômicas do século XX, diversos governos recorreram à intervenção estatal para proteger setores considerados estratégicos e preservar empregos e atividades produtivas nacionais. A Grande Depressão de 1929 constituiu um marco importante nesse processo, pois a retração econômica e a adoção de barreiras comerciais por diferentes países contribuíram para intensificar as tensões econômicas internacionais. Conforme analisa Irwin (2020), as tarifas de importação desempenharam diferentes funções ao longo da história, sendo utilizadas tanto para arrecadar receitas governamentais quanto para restringir a concorrência estrangeira e negociar concessões comerciais recíprocas.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, consolidou-se uma nova etapa da organização econômica internacional, caracterizada pela tentativa de estabelecer regras comuns para reduzir a instabilidade comercial e favorecer a recuperação das economias. Nesse contexto, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), firmado em 1947, tornou-se um dos principais instrumentos de promoção da liberalização comercial, por meio de negociações destinadas à redução de tarifas e à limitação de práticas discriminatórias. Posteriormente, em 1995, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), ampliando o alcance institucional das regras multilaterais para incluir, além do comércio de mercadorias, áreas como serviços e propriedade intelectual. Essa transformação contribuiu para consolidar um sistema internacional fundamentado em compromissos negociados, transparência e maior previsibilidade das relações comerciais (OMC, s.d.).

A partir das últimas décadas do século XX, a intensificação da globalização econômica modificou novamente a formulação das políticas comerciais. A expansão das empresas transnacionais, o desenvolvimento tecnológico e a fragmentação internacional dos processos produtivos ampliaram a interdependência entre as economias. Nesse cenário, as decisões comerciais passaram a envolver não apenas tarifas e restrições quantitativas, mas também regulamentações técnicas, medidas sanitárias, subsídios, regras de origem, políticas de investimento e proteção da propriedade intelectual. Dessa maneira, a política comercial

ISSN 2317-1316

contemporânea tornou-se mais complexa, pois seus efeitos ultrapassam o fluxo de mercadorias e alcançam as estratégias industriais, a geração de empregos e a competitividade dos países nas cadeias globais de valor.

Mais recentemente, crises econômicas, disputas geopolíticas e preocupações relacionadas à segurança econômica e à dependência de fornecedores estrangeiros contribuíram para a retomada de políticas de caráter protecionista e estratégico. Embora a abertura comercial continue sendo um elemento importante da economia mundial, diversos Estados passaram a atribuir maior relevância à proteção de setores considerados essenciais, como energia, tecnologia, defesa e produção de insumos industriais. Esse movimento demonstra que o debate entre livre-comércio e protecionismo permanece atual, exigindo uma análise que considere tanto os ganhos de eficiência associados à integração econômica quanto os possíveis custos sociais e produtivos da dependência externa.

Dessa forma, a evolução histórica das políticas econômicas evidência que não existe uma única estratégia comercial aplicável indistintamente a todos os países e períodos. A escolha entre liberalização, proteção seletiva e intervenção estatal depende de fatores como o nível de desenvolvimento econômico, a estrutura produtiva, os interesses políticos e a posição de cada Estado no sistema internacional. Compreender essa trajetória é, portanto, fundamental para analisar o panorama contemporâneo das políticas comerciais, no qual a busca por competitividade e crescimento econômico convive com a necessidade de proteger interesses nacionais e administrar as vulnerabilidades decorrentes da interdependência global.

3 O PAPEL DO MULTILATERALISMO E DOS BLOCOS ECONÔMICOS

O multilateralismo e a formação de blocos econômicos desempenham um papel fundamental na organização e na estabilidade do comércio internacional, uma vez que estabelecem mecanismos de cooperação, negociação e integração entre os Estados. Em um sistema econômico globalizado caracterizado pela interdependência entre mercados nacionais, a existência de regras comuns e de acordos comerciais contribui para reduzir incertezas, ampliar oportunidades de intercâmbio, atrair investimentos e administrar conflitos relacionados aos interesses econômicos dos países. No entanto, embora compartilhem o objetivo de facilitar as relações comerciais e promover o desenvolvimento econômico e social, o multilateralismo e a

ISSN 2317-1316

integração regional apresentam características distintas que influenciam a formulação das políticas comerciais e a distribuição dos benefícios globais.

O multilateralismo consiste na cooperação entre três ou mais Estados por meio de instituições, normas e acordos que procuram estabelecer parâmetros comuns para a condução das relações internacionais. Ele ganhou força expressiva após a Segunda Guerra Mundial, quando diversas nações perceberam a necessidade de fortalecer a paz, evitar novos conflitos e reconstruir a economia global. No campo comercial, sua principal expressão institucional é a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995 para administrar acordos comerciais, promover negociações entre seus membros e oferecer mecanismos para a solução de controvérsias. A organização sucedeu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), responsável por estabelecer, a partir de 1947, as bases para a redução progressiva de barreiras comerciais e para a construção de um sistema de regras compartilhadas (OMC, s.d.-a).

Entre os princípios fundamentais do sistema multilateral de comércio estão a não discriminação, a transparência e a previsibilidade das políticas comerciais. A não discriminação envolve, especialmente, o princípio da nação mais favorecida, segundo o qual uma vantagem comercial concedida a um membro da OMC deve, em regra, ser estendida aos demais membros, observadas as exceções previstas nos acordos. Outro princípio relevante é o tratamento nacional, que busca impedir a discriminação desfavorável aos produtos importados depois de sua entrada no mercado interno, conforme as condições estabelecidas pelas regras aplicáveis. Em conjunto, esses princípios procuram limitar práticas arbitrárias e proporcionar maior segurança às relações econômicas internacionais (OMC, s.d.-b).

A importância do multilateralismo reside na possibilidade de os países negociarem em conjunto, criando regras que orientem suas relações e reduzam os riscos e as assimetrias associadas ao poder econômico ou político isolado de cada Estado. Por meio de negociações multilaterais, economias desenvolvidas e em desenvolvimento podem discutir tarifas, subsídios, barreiras técnicas e outras medidas que afetam o acesso aos mercados, além de cooperar em pautas cruciais como o desenvolvimento sustentável e a estabilidade financeira. Contudo, esse sistema enfrenta desafios consideráveis, como as divergências de interesses entre países ricos e pobres, as barreiras para alcançar consensos em negociações complexas e a lentidão na implementação de novas diretrizes diante de impasses geopolíticos.

ISSN 2317-1316

Paralelamente ao sistema multilateral, os blocos econômicos e os acordos comerciais regionais consolidaram-se como instrumentos cruciais de integração entre nações. Esses arranjos buscam aprofundar as relações econômicas por meio da redução de tarifas, da facilitação do comércio e, em determinados casos, da coordenação de políticas macroeconômicas e regulatórias. Embora frequentemente associados à proximidade geográfica, os acordos regionais têm se multiplicado e abrangido disciplinas que vão além da tradicional redução tarifária (OMC, s.d.-c).

A integração econômica pode assumir diferentes níveis de aprofundamento, manifestando-se inicialmente como uma área de livre-comércio, que se caracteriza pela eliminação ou redução substancial de barreiras tarifárias entre os participantes, preservando cada membro suas próprias políticas em relação a terceiros. Quando avança para uma união aduaneira, o arranjo acrescenta a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) para o comércio com países de fora do bloco. Um estágio mais integrado é o mercado comum, que amplia a cooperação ao garantir a livre circulação de fatores de produção, como capital e trabalho. Por fim, a união econômica e monetária representa o nível mais profundo de integração, envolvendo a coordenação estrita de políticas e o uso de uma moeda comum, a exemplo do que ocorre na zona do euro.

Entre os principais exemplos globais dessa dinâmica destacam-se a União Europeia (UE), marcada por um elevado grau de integração institucional e política; o Mercado Comum do Sul (Mercosul), focado na integração regional sul-americana e na facilitação do intercâmbio comercial entre seus membros; e o Acordo Estados Unidos–México–Canadá (USMCA), que reorganizou as trocas na América do Norte. Do ponto de vista econômico, esses blocos ampliam o mercado consumidor, geram economias de escala e fortalecem cadeias produtivas regionais. No entanto, podem gerar efeitos adversos, como o desvio de comércio — fenômeno em que fornecedores externos mais eficientes são substituídos por parceiros internos menos competitivos — além de acentuar assimetrias e desigualdades na distribuição dos ganhos entre economias de portes diferentes (UNCTAD, 2017).

Nesse sentido, a articulação entre multilateralismo e regionalismo constitui um ponto central do panorama contemporâneo das políticas comerciais. Enquanto o multilateralismo estabelece diretrizes globais abrangentes e princípios comuns, os acordos regionais buscam

ISSN 2317-1316

aprofundar compromissos específicos entre economias afins. A UNCTAD (2005) aponta que o grande desafio consiste em assegurar a coerência entre esses diferentes níveis de governança, garantindo que a integração regional impulsione o desenvolvimento econômico sem fragmentar excessivamente o sistema global de comércio.

4 O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O Brasil participa do comércio internacional por meio da exportação e importação de produtos e serviços. As exportações são importantes para a economia brasileira, pois geram receitas, empregos e oportunidades para empresas nacionais. Entre os principais produtos exportados pelo país estão a soja, o petróleo, o minério de ferro, a carne bovina, o açúcar e o café.

A China é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, seguida por outros parceiros importantes, como os Estados Unidos e países da União Europeia. O Brasil também participa do Mercosul, bloco econômico formado por países sul-americanos que busca facilitar o comércio entre seus integrantes.

Apesar de possuir grande diversidade de recursos naturais e uma produção agropecuária forte, o Brasil enfrenta desafios no comércio internacional, como os custos de transporte, a infraestrutura logística, a dependência da exportação de matérias-primas e as barreiras comerciais impostas por outros países. Por isso, é importante investir em tecnologia, industrialização e diversificação dos produtos exportados, aumentando a competitividade brasileira no mercado mundial.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se a metodologia de **revisão de literatura** de caráter exploratório e descritivo. O procedimento metodológico consistiu na busca sistemática de artigos científicos, livros e relatórios de organismos acadêmicos internacionais (como a OMC e o Banco Mundial) publicados nas bases de dados acadêmicas Google Acadêmico.

ISSN 2317-1316

Os critérios de seleção priorizaram publicações que abordassem diretamente conceitos de comércio internacional, política tarifária, barreiras não tarifarias e acordos multilaterais. O processo de análise e síntese envolveu a leitura crítica do material selecionado, categorizado os principais argumentos teóricos em eixos temáticos (livre-comércio versus protecionismo e o papel das instituições multilaterais), permitindo assim estruturar um panorama coeso e replicável sobre o tema proposto.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO (FONTE 14)

A análise demonstra que as políticas comerciais contemporâneas se manifestam por meio de um arranjo complexo de instrumentos tarifários e não tarifários. Os instrumentos tarifários envolvem impostos cobrados sobre produtos importados com o objetivo de encarecer itens estrangeiros no mercado interno e arrecadar receitas estatais. Paralelamente, as barreiras não tarifárias, como quotas, licenciamentos, subsídios estatais e exigências regulatórias, ganharam grande relevância e hoje constituem os principais mecanismos de regulação do fluxo de mercadorias.

A discussão dessas descobertas revela que, embora o livre-comércio seja amplamente defendido teoricamente como o cenário de máxima eficiência econômica, na pratica as nações recorrem com frequência a medidas protecionistas estratégicas. O protecionismo contemporâneo muitas vezes se justifica pela necessidade de defender a soberania alimentar, proteger empregos em momentos de crises ou garantir a resiliência das cadeias de suprimentos diante de choques geopolíticos.

Para o Brasil, este cenário de reconfiguração traz tanto riscos quanto oportunidades. Por um lado, o avanço de barreiras não tarifárias verdes em mercados desenvolvidos exige rápida adaptação e certificação dos produtos brasileiros. Por outro lado, a tendência global de friend-shoring e a busca por transição energética posicionam o Brasil como um ator energético na oferta de energia limpa, alimentos sustentáveis e minerais críticos.

7 CONCLUSÃO

ISSN 2317-1316

Conclui-se que as políticas comerciais são fundamentais para o desenvolvimento econômico dos países e para a organização das relações comerciais internacionais. Ao longo da história, essas políticas passaram por diversas transformações, acompanhando as mudanças econômicas, políticas e sociais do mundo. Nesse contexto, o multilateralismo e os blocos econômicos assumem um papel importante ao promover a cooperação entre as nações, facilitar o comércio e estabelecer acordos que favorecem a integração econômica. Por meio da pesquisa bibliográfica e da análise de informações sobre o tema, foi possível compreender que as políticas comerciais apresentam tanto oportunidades quanto desafios, como o protecionismo, as desigualdades econômicas e as disputas comerciais. Portanto, é essencial que os países busquem equilibrar seus interesses nacionais com a cooperação internacional, adotando políticas comerciais que contribuam para o crescimento econômico, a competitividade, a geração de empregos e o desenvolvimento sustentável.

8 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Não foram utilizadas ferramentas de IA no desenvolvimento desse artigo.

9 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Comex Stat: estatísticas oficiais do comércio exterior brasileiro. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 12 out. 20

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Estatísticas de comércio exterior. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas. Acesso em: 12 out. 2026

Bhagwati J. *In defense of globalization*. Oxford University Press; 2018.

Krugman PR, Obstfeld M, Melitz MJ. *Economia internacional: teoria e política*. 10ª ed. São Paulo: Pearson; 2020

IRWIN, Douglas A. Mercantilism as strategic trade policy: the Anglo-Dutch rivalry for the East India trade. Journal of Political Economy, v. 99, n. 6, p. 1296–1314, 1991. DOI: https://doi.org/10.1086/261801.

ISSN 2317-1316

IRWIN, Douglas A. Trade policy in American economic history. Annual Review of Economics, v. 12, p. 23–44, 2020. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-economics-070119-024409.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). The history of the multilateral trading system. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/history_e/history_e.htm. Acesso em: 12 out. 2026.

RICARDO, David. On the principles of political economy and taxation. London: John Murray, 1817.

SMITH, Adam. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). The history of the multilateral trading system. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/history_e/history_e.htm. Acesso em: 12 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Principles of the trading system. Disponível em: https://www.wto.org/English/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm. Acesso em: 12 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Regional Trade Agreements. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_e.htm. Acesso em: 12 out. 2026.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Multilateralism and regionalism: the new interface. Geneva: United Nations, 2005. Disponível em: https://unctad.org/publication/multilateralism-and-regionalism-new-interface. Acesso em: 12 out. 2026.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Regional trade agreements, integration and development. Geneva: United Nations, 2017. Disponível em: https://unctad.org/publication/regional-trade-agreements-integration-and-development-unctad-research-paper-no-1. Acesso em: 12 out. 2026.